

Senadores apontam omissão do governo na crise da aftosa

Retenção de verbas para o controle da saúde animal é citada como um dos fatores responsáveis pela contaminação do gado em Mato Grosso do Sul

Para atenuar os prejuízos causados pelo surgimento de focos de febre aftosa no rebanho bovino de Mato Grosso do Sul, senadores cobraram ontem providências do governo federal, responsabilizado pela crise por causa do contingenciamento de verbas do Orçamento destinadas à sanidade animal. Paulo Paim, Antonio Carlos Magalhães e Ramez Tebet criticaram o corte, mas destacaram o esforço do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Heloísa Helena e Alvaro Dias afirmaram que o presidente da República teria sido alertado sobre os riscos de reaparecimento da doença. **Página 3**

Mestrinho: desmatamento não causou seca na Amazônia

Página 6



Lolo de Almeida/Folha Imagem

Região vítima da estiagem no Amazonas: senador diz que houve seca mais forte em 1963

Dois deputados renunciam e mais 11 vão responder a processo **Página 5**

CPI dos Correios toma seis depoimentos hoje à tarde **Página 5**

Relator quer mais 60 dias para concluir a CPI dos Bingos **Página 5**



Waldemir Rodrigues

Senado abre Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Nada menos que 950 crianças de escolas públicas especiais e inclusivas participaram ontem – no Salão Negro do Congresso – da abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. A inauguração oficial do evento será feita hoje, às 11h, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com a presença de ministros de Estado, dos atores Marcos Frota e Bruna Marquezine e do artista plástico Siron Franco. **Página 7**

Alunos de escolas públicas visitam, no Congresso, a exposição de obras de arte e artesanato em alto relevo, feitas especialmente para deficientes visuais

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Plenário tenta destrancar a pauta

Em sessão marcada para as 14h, os senadores retomam as negociações para destrancar a pauta de votações, obstruída por duas medidas provisórias – a que aumentou a vigência da campanha do desarmamento

(253/05) e a que revogou a MP da Timemania (254/05) – e pelo projeto que determina a exploração florestal por empresas privadas, que teriam a concessão de uso por meio de licitação (PLC 62/05).

Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da solenidade de abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, às 11h. O evento vai contar com apresentações culturais e com palestras.

Às 12h, Renan recebe Doudou Diène, relator da Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre Formas Contemporâneas de Discriminação; e, às 15h, instala o Grupo de Trabalho da Desburocratização.

Empresários e doleiro depõem nas sub-relatorias dos Correios

Estão previstas reuniões de duas sub-relatorias da CPI dos Correios a partir das 14h. A de Contratos vai ouvir os presidentes da Novadata e da Positivo, Mauro

Dutra e Hélio Rotemberg, respectivamente; além de Fernando Godoy. A de Fontes Financeiras, por sua vez, vai ouvir o doleiro Alberto Youssef.



CAE analisa concessão de empréstimos

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute autorização para que o Brasil adquira dois empréstimos internacionais: um de US\$ 502 milhões para investimentos em habitação, e outro de US\$ 10 milhões para o programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil.

Mensalão ouve representantes do Citi

A CPI do Mensalão reúne-se às 10h para definir a agenda de depoimentos. Logo depois, por volta das 11h30, vai ouvir o presidente do Citibank, Gustavo Marin, e o procurador do Citigroup, Sérgio Spinelli Silva Júnior. A CPI discute a briga pelo controle acionário da Brasil Telecom, que envolve o Citigroup, os fundos de pensão das estatais, a Telecom Itália e o Banco Opportunity, de Daniel Dantas.



Auditorias na CMA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se às 9h30. Em pauta, avisos sobre auditorias do Tribunal de Contas da União e a análise da demonstração contábil do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Orçamento de 2006

A Comissão Mista de Orçamento analisa, às 14h, créditos suplementares para órgãos públicos. Pode ser examinado ainda o parecer preliminar ao projeto de lei orçamentária do relator, deputado Carlito Merss (PT-SC). Ele já anunciou que solicitará ao governo revisão das receitas previstas para 2006.

Presidente do Senado preocupa-se com excesso de exigências que atrapalham a vida dos cidadãos e dos empresários

Renan instala hoje grupo de trabalho contra a burocracia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, instala hoje, às 15h, um grupo de trabalho destinado a estudar normas para a desburocratização do Estado brasileiro e para a simplificação de suas relações com o cidadão e com as empresas. Renan, desde sua posse, em fevereiro deste ano, tem manifestado sua preocupação com a burocracia que emperra o desenvolvimento do país.

O presidente considera um embaraço o fato de o brasileiro ser obrigado a ter tantos documentos, quando em outros países o cidadão tem apenas um. Em sua opinião, o excesso de exigências documentais dificulta também a



Renan lamenta que abertura de empresas seja tão complicada no país

ação de quem deseja investir no país. Ele diz que, enquanto em outros países leva-se um dia para constituir uma empresa, no Brasil isso pode demorar até 152 dias.

Senador quer ampliar destinação de recursos para segurança pública

Preocupado com o aumento da criminalidade no país, o presidente do Senado, Renan Calheiros, apresenta amanhã, às 15h, proposta de emenda à Constituição definindo os percentuais mínimos de receitas de impostos que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão aplicar em segurança pública.

Renan observa que a sociedade tem insistentemente manifestado sua preocupação com a violência, que cresce em todas as áreas do país, principalmente nos grandes

centros urbanos, onde é maior o número de adultos desempregados e desassistidos pelo Estado.

De acordo com a proposta, a União será obrigada a aplicar um mínimo de 15% da sua arrecadação em segurança pública. Os estados deverão dedicar ao setor pelo menos 7%; o Distrito Federal, 5%; e os municípios, 1%.

A aplicação desses percentuais vigoraria por cinco anos, a fim de que fossem verificados os efeitos da medida na redução da violência.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Papaléo Paes, Gilberto Mestrinho, Paulo Paim, Leonel Pavan, Garibaldi Alves Filho, Heráclito Fortes, Valdir Raupp e Roberto Saturnino

Febre Aftosa



O primeiro foco de febre aftosa foi descoberto no dia 1º de outubro na Fazenda Vezozzo, no município de Eldorado, Mato Grosso do Sul.

Os 582 animais da propriedade foram sacrificados e novos focos foram confirmados ontem em propriedades vizinhas. Os municípios de Itaquiraí, Iguatemi, Japorã e Mundo Novo foram interditados. Até o momento, embargaram a carne brasileira a União Européia, Argentina, Chile, África do Sul, Israel, Rússia e Cuba.

O que é: a febre aftosa é causada por um vírus da família *Picornaviridae*, gênero *Aphthovirus*. Ataca todos os animais de casco fendido, principalmente bois, porcos, cabras e ovelhas.

Sintomas: os principais sintomas são febre alta, muita salivação e feridas nos lábios, gengiva, língua, mamas e patas.

Transmissão: o vírus pode ser transmitido pelo leite, carne e saliva do animal doente, assim como pela água, pelo ar e por objetos e locais sujos.

Prevenção: Não existe tratamento contra a febre aftosa e sim medidas preventivas por meio da vacinação periódica dos rebanhos.



Humanos: A contaminação é muito mais difícil e só acontece se a pessoa ficar em contato constante e direto com animais contaminados.

Reaparecimento da doença é visto como resultado do corte de recursos para fiscalização agropecuária nas fronteiras e ações de sanidade animal

Senadores culpam governo pela volta da aftosa

O surgimento de focos de febre aftosa no rebanho bovino de Mato Grosso do Sul preocupa os senadores, que cobraram ontem do governo mais recursos para evitar a ampliação do problema. Paulo Paim observou

que os prejuízos ao país serão muito maiores que os recursos que deixaram de ser gastos em sanidade animal. Antonio Carlos Magalhães e Ramez Tebet também apontaram o corte de verba como responsável pela fiscalização insuficiente,

mas destacaram o esforço do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Já Heloísa Helena e Alvaro Dias afirmaram que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria sido alertado sobre os riscos de reaparecimento da doença.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



Paim quer rebanho do país em programa de rastreabilidade e certificação



Segundo Alvaro, associação de fiscais federais teria advertido o presidente



Heloísa: auditoria do TCU feita no primeiro semestre apontou risco da febre aftosa



Cortes de recursos contribuíram para volta da doença, afirma Antonio Carlos



Tebet destaca o esforço do ministro da Agricultura em defesa do agronegócio

Paim cobra mais recursos para a agropecuária

Paulo Paim (PT-RS) cobrou ontem mais recursos do governo federal para o setor agropecuário, a fim de evitar que novos problemas de saúde animal ocorram no país. Ele lamentou que tenha surgido um foco de febre aftosa em Eldorado, Mato Grosso do Sul, no momento em que as exportações de carne do país batem recordes.

– Os prejuízos serão maiores do que os recursos que deveriam ter sido gastos com sanidade animal. Perdemos com a carne que deixará de ser exportada; perdemos com as indenizações dos animais abatidos e, o pior, perdemos com a falta de confiabilidade no produto brasileiro – analisou.

Paim pediu providências para que todo o rebanho bovino brasileiro seja incluído em programas de rastreabilidade e de certificação. Ele lembrou que o país dispõe do Sistema Brasileiro de Identificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov), que abrange cerca de 50 milhões de cabeças.

Lula foi alertado sobre risco da doença, diz Alvaro

O presidente da República foi informado por diversas entidades da possibilidade de ocorrência de febre aftosa no rebanho bovino brasileiro, afirmou ontem o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

– O aparecimento de aftosa em Mato Grosso do Sul constitui mais um erro gravíssimo de política pública. O presidente Lula recebeu alertas de todos os setores da sociedade – garantiu.

Segundo o senador, o presidente Lula teria tomado conhecimento do risco de surgimento da doença em 2005, por meio de ofício da Associação Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, que denunciou a realização de cortes orçamentários em itens relativos à defesa animal. Alvaro citou ainda uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, no âmbito do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, apontando deficiências na fiscalização sanitária em regiões de fronteira do país.

Para Heloísa, atacar pecuaristas é cinismo do governo

Heloísa Helena (PSOL-AL) responsabilizou o governo federal, especificamente os ministérios da Agricultura e da Fazenda, pelo recrudescimento de focos de febre aftosa no rebanho bovino nacional. Ela registrou que o Tribunal de Contas da União realizou uma auditoria no primeiro semestre, a qual apontou riscos de surgimento da doença no Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Bahia.

A senadora lamentou que o Ministério da Agricultura tenha liberado apenas 0,41% do total de recursos destinados ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa do Orçamento de 2005 e culpou o Ministério da Fazenda pelo suposto tráfico de animais contaminados na fronteira com Bolívia e Paraguai.

– Quando é para comemorar os altos índices de exportação, o governo traz o bônus para si. Quando é um problema, passa de forma cínica a culpa aos produtores.

ACM: com Orçamento impositivo, situação do país seria outra

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ressaltou que o reaparecimento de focos de febre aftosa no rebanho bovino brasileiro é resultado dos cortes de recursos.

– O governo não cumpre os mais comecinhos dos seus deveres e culpa os fazendeiros do Brasil – criticou.

Autor de proposta que torna obrigatório o cumprimento do Orçamento aprovado pelo Congresso, o senador defendeu a medida: “Se o Orçamento impositivo fosse cumprido, a situação seria outra”.

Antonio Carlos disse ter ouvido queixas de falta de recursos para combater a aftosa do próprio ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

Ainda em seu pronunciamento, o parlamentar apresentou requerimento de pedido de informações à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, sobre as atividades dos filhos, irmãos e cunhados do presidente da República.

Tebet aponta falhas da fiscalização nas fronteiras do Brasil

Ramez Tebet (PMDB-MS) rechaçou a tentativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de eximir o governo de responsabilidade e atribuir aos pecuaristas a culpa pelo surto de febre aftosa em Mato Grosso do Sul. Embora admita a possibilidade de entrada de gado contrabandeado no estado, o senador associa esse tipo de irregularidade a falhas na fiscalização agropecuária.

– Não foram liberados sequer R\$ 600 mil do Orçamento para o combate à aftosa – comentou.

Ao assumir a defesa de seu estado, o segundo maior exportador de carne do país, Tebet disse não ser justo o presidente responsabilizar os pecuaristas pelo problema. Na sua opinião, a culpa seria de quem não fiscaliza, de forma eficiente, os 16 mil quilômetros de fronteira do país.

Tebet reconheceu os esforços do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, em defesa do agronegócio.

Célio Azeredo



Relações Exteriores analisa também voto de aplauso à Unesco proposto por José Jorge

Projeto amplia voto para quem mora no exterior

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá examinar nesta quinta-feira, a partir das 9h30, projeto de lei que altera o Código Eleitoral determinando que os brasileiros residentes no exterior possam votar nas eleições para escolha de governador, vice-governador e senador. A proposta (PLS 398/03) da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) tramita em caráter não-terminativo e tem como relator *ad hoc* o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que já se posicionou favoravelmente à matéria.

Atualmente, os brasileiros que vivem no exterior só podem votar nas eleições para presidente e vice-presidente da República. A nova medida, se implantada, poderá beneficiar cerca de 2,5 milhões de pessoas que hoje vivem em outros países, segundo estimativa do Ministério das Relações Exteriores.

Azeredo apresentou voto contrário a emenda que estenderia o voto às eleições de deputados federal, estadual e distrital, prefeito, vice-prefeito e vereador. Conforme o relator, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontou dificuldades técnicas para a adoção da medida, após consulta feita pela comissão.

A CRE também deverá analisar requerimento em que o senador José Jorge (PFL-PE) solicita a consignação, nos Anais da Casa, de voto de aplauso à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), pela publicação *Mortes Matadas por Armas de Fogo no Brasil*.

CCJ examina proposta para evitar que acusado de envolvimento com tráfico pague honorários milionários a advogados

Somente defensor público para traficante

Os acusados de envolvimento com o crime organizado e o tráfico de entorpecentes poderão passar a ser representados obrigatoriamente por defensores dativos – advogados nomeados pelo juiz no curso do processo – e não mais por advogados contratados com recursos próprios, como, em regra, ocorre hoje. A proposta, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), poderá ser votada amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Pelo projeto (PLS 282/03), o réu somente poderá contratar profissional de sua escolha quando comprovar que tem renda própria para tal, mediante apresentação de declaração de Imposto de Renda. O objetivo da proposta, conforme Antonio Carlos, não é cercear o direito de ampla defesa ou limitar as condições do exercício da advocacia, mas apenas o de coibir abusos na contratação de advogados.

– Trata-se de medida necessária para coibir os abusos verificados quando grandes criminosos valem-



Comissão de Justiça também deve votar projeto que muda regra para adoção de criança brasileira por estrangeiro residente fora do país

se do produto de seus crimes para pagar honorários milionários a advogados – observou.

Adoção

As regras para a adoção de crianças e adolescentes brasileiros por estrangeiros residentes em outros países também poderão ser alteradas, caso a CCJ vote amanhã, em decisão terminativa, projeto de Patrícia Saboya (PSB-CE). A proposta (PLS 314/04) amplia de 15 para 30 dias o prazo mínimo de

estágio de convivência cumprido em território nacional, para os estrangeiros que quiserem adotar crianças brasileiras.

Segundo a senadora, o projeto aperfeiçoa a legislação atual.

– Ainda que se trate de oportunidade de conceder vida digna à criança, não se deve descuidar da segurança de pessoas desprovidas de condições de defesa – afirmou.

A CCJ também pode votar em decisão terminativa projeto de

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que autoriza a interceptação de correspondência remetida ou recebida de presos condenados, para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal (PLS 11/04).

Igualmente em decisão terminativa poderá ser apreciada hoje na Comissão de Justiça proposição de autoria do senador César Borges (PFL-BA) que torna possível a realização de inventário e partilha extrajudiciais (PLS 155/04).

Tourinho quer proibir bloqueio de verbas de royalties

Recursos de empréstimos ou financiamentos internacionais, além de verbas destinadas a pagamento de royalties relativos à exploração do petróleo e do gás natural, estão entre os dispêndios sobre os quais o Executivo pode ficar impedido de promover bloqueio. Proposta nesse sentido, do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), está pronta para exame na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Relatado por Osmar Dias (PDT-PR), o projeto (PLS 19/05) também preserva as despesas previstas para

pagar os royalties referentes à participação ou compensação pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia e de outros recursos minerais devidos ao Distrito Federal, estados e municípios, bem como a órgãos da administração direta da União.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não podem ser objeto de limitação as despesas referentes a obrigações constitucionais, caso das transferências dos fundos de participação de estados e municípios. São protegidos ainda os gastos para

pagamento do serviço da dívida pública, bem como os que estejam ressalvados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Agências

Ao propor mudanças na LRF, o senador quer também proibir o bloqueio sobre a arrecadação de multas e outras receitas próprias das agências reguladoras das atividades econômicas de geração de energia elétrica, prestadoras de serviços de telecomunicações, exploração do petróleo e utilização de recursos hídricos.

Ao justificar seu projeto, Tourinho



Contingenciamento feito pelo governo é condenado por Rodolpho Tourinho

argumenta que a prática do contingenciamento vem reduzindo a margem de iniciativa da Administração Pública para gerir seus recursos.

CAS pode regulamentar profissão de turismólogo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) retoma suas atividades nesta quinta-feira, a partir das 9h30, em reunião extraordinária destinada à apreciação de projetos e requerimentos. Uma das proposições regulamenta a profissão de turismólogo, a ser exercida por portadores de diploma de curso superior ou profissionalizante de Turismo. A proposta, que tem parecer favorável do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), já passou nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de



Parecer de Eduardo Azeredo na Comissão de Assuntos Sociais é favorável à medida

Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Entre os dez itens para exame da

comissão, encontra-se projeto (PLS 254/02) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que amplia o tempo para requisição de aposentadoria rural apenas com base na comprovação do exercício da atividade em número de meses idêntico à carência do benefício. A norma vigente fixa em 15 anos o tempo para a concessão desse benefício. Segundo Alvaro, a medida destina-se a compatibilizar as dificuldades que os homens do campo encontram para cumprir as obrigações previdenciárias.

Comissão debate reforma agrária em audiência pública

O processo de reforma agrária será discutido amanhã, às 10h, em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O requerimento é de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). Foram convidados o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), Rolf Hackbart, e o deputado Xico Graziano (PSDB-SP).

Antes da abertura do processo, José Borba (PMDB-PR) e Paulo Rocha (PT-PA) renunciaram; CPI do Mensalão agiliza investigações sobre origem do dinheiro que passou pelas empresas de Marcos Valério; relator da CPI dos Bingos acha que trabalho deve ser prorrogado; comissões tomam depoimentos

Conselho abre processo contra mais 11 deputados

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados instaurou ontem mais 11 processos que podem levar à cassação de deputados denunciados pelas CPIs dos Correios e do Mensalão. Agora, são 14 parlamentares enfrentando processos no Conselho de Ética. Outros quatro renunciaram aos mandatos antes do início dos

processos, evitando a perda dos direitos políticos por até oito anos e garantindo a possibilidade de se candidatarem nas próximas eleições.

Os processos, abertos às 18h, atingem cinco deputados do PT, quatro do PP, um do PL e outro do PFL. Poucos minutos antes, advogados de dois deputados protocolaram na Secretaria Geral da

Câmara pedidos de renúncia aos mandatos – José Borba (PMDB-PR) e Paulo Rocha (PT-PA).

Borba argumentou que, “apesar da insuficiência e inconsistência das provas” das CPIs dos Correios e do Mensalão, preferiu renunciar por acreditar que não terá chances de defesa “plena e ampla” no conselho. Ele afirma que vai provar inocência nos tribunais “isentos

de emocionalismos e interesse político”. Paulo Rocha não justificou a renúncia. Antes, já haviam renunciado Valdemar Costa Neto (PL-SP) e Carlos Rodrigues (PL-RJ). Dos acusados em episódios envolvendo os Correios e o pagamento de “mensalão”, até agora só um deputado foi cassado – Roberto Jefferson (PTB-RJ), que fez as denúncias.

Comissão vai investigar caminho do dinheiro de Marcos Valério

O relator da CPI do Mensalão, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), declarou que a comissão pretende agilizar as investigações sobre a origem do dinheiro que passou pelas empresas do publicitário Marcos Valério e terminou no PT. Para ele, a versão dos empréstimos não se sustenta.

A comissão trabalha com três hipóteses: contratos fictícios para prestar serviços a estatais, contratos superfaturados para irrigar a movimentação financeira ou recursos provenientes do exterior. Para os sub-relatores, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), é provável que as três hipóteses sejam verdadeiras, o que explicaria a dificuldade para se identificarem as operações.

Abi-Ackel acredita que a aca-

reação entre Marcos Valério, sua funcionária Simone Vasconcellos e alguns dos recebedores de dinheiro pode fornecer pistas seguras para a origem do dinheiro do “mensalão” e do caixa dois do PT. A CPI selecionou seis pessoas que, em depoimentos, admitiram ter recebido valores menores do que os que constam da lista oficial recebida: o presidente do PL, Valdemar Costa Neto; o tesoureiro do PL, Jacinto Lamas; o assessor do PP João Cláudio Genu; o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri; o chefe de gabinete do ex-ministro dos Transportes Anderson Aduato, José Luiz Alves; e o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos.

Os parlamentares da comissão esperam identificar, nesta acaração, os outros parlamentares



Para o relator Ibrahim Abi-Ackel, versão dos empréstimos bancários não se sustenta

que tenham recebido recursos do esquema do “mensalão”, além dos 18 já indiciados.

Depoimentos

A CPI ouvirá hoje, a partir das 11h30, os depoimentos do presidente do Citibank, Gustavo Marin, e do procurador do Citigroup, Sérgio Spinelli Silva Júnior. Amanhã, no mesmo horário, será ouvido o deputado Ronivon Santiago, citado no episódio de

compra de votos para a emenda da reeleição, em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso.

Na quinta-feira, às 10h, a comissão toma depoimento do ex-assessor do Ministério da Cultura Roberto Costa Pinho, que aparece na lista de Marcos Valério como sacador de R\$ 450 mil. Depois, será realizada reunião administrativa para marcar os depoimentos da próxima semana.

TODOS OS ENVOLVIDOS

Novos processos

João Paulo Cunha (PT-SP)
Professor Luizinho (PT-SP)
José Mentor (PT-SP)
João Magno (PT-MG)
Josias Gomes (PT-BA)
Vadão Gomes (PP-SP)
Pedro Corrêa (PP-PE)
José Janene (PP-PR)
Pedro Henry (PP-MT)
Wanderval Santos (PL-SP)
Roberto Brant (PFL-MG)

Processos em andamento

José Dirceu (PT-SP)
Sandro Mabel (PL-GO)
Romeu Queiroz (PTB-MG)

Deputados que renunciaram

Valdemar Costa Neto (PL-SP)
Carlos Rodrigues (PL-RJ)
José Borba (PMDB-PR)
Paulo Rocha (PT-PA)

Deputado já cassado

Roberto Jefferson (PTB-RJ)



Roberto Jefferson foi cassado por quebra de decoro, sob alegação de que não apresentou provas

Sub-relatorias da CPI dos Correios ouvem hoje seis pessoas

As sub-relatorias da CPI dos Correios ouvirão hoje, às 14h, o depoimento de seis pessoas. Na de Contratos, depõem o diretor da empresa Positivo, Hélio Rotemberg, e o sócio da Novadata, Mauro Dutra. As duas empresas formaram o consórcio Alpha, fornecedor de kits de informática ao Banco Postal. Será ouvido também Fernando Godoy, ex-assessor da diretoria de Administração dos Correios.

Já a sub-relatoria que investiga o Instituto de Resseguros do Brasil ouvirá os ex-funcionários Vagner Ribeiro e William Ribeiro, este último ex-chefe do setor de cadastro do instituto. Na Sub-Relatoria de Fontes Financeiras depõe o doleiro Alberto Youssef, relacionado à corretora Bônus-



Delcídio Amaral ainda não anunciou nome das auditorias independentes

Banval, para a qual Marcos Valério teria repassado dinheiro do “mensalão”.

Auditorias

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), ainda não anunciou o nome das empresas de auditoria independentes que auxiliarão as CPIs em curso no Senado. Mas as negociações estão avançadas para a contratação de três: a Ernst & Young Auditores Independentes, a Moore Stephens Auditores e Consultores e a Villas Rodil Gorioux Faro.

Garibaldi pede mais 60 dias para CPI dos Bingos

O relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), disse ontem que os trabalhos da CPI devem ser prorrogados “por pelo menos mais 60 dias”.

A CPI foi instalada em 29 de junho último, com prazo de funcionamento de 120 dias, que se encerra no próximo dia 26. Esse prazo pode ser prorrogado por tempo determinado, não superior a um ano, conforme o Regimento Interno do Senado.

Garibaldi acredita que a CPI, que já tomou mais de 40 depoimentos, precisa ouvir ainda outras pessoas, o que, na opinião do senador, já justificaria a prorrogação.

O relator afirmou que o relatório parcial, que priorizará o caso Gtech/Caixa Econômica Federal, só deve sair após o dia 26 deste mês, justamente devido à neces-

sidade de se tomar o depoimento de outros envolvidos no suposto esquema de corrupção.

O parlamentar afirmou ainda que a comissão de inquérito já encontrou fortes indícios de irregularidade na renovação do contrato da multinacional do ramo lotérico Gtech Brasil com a Caixa, acrescentando que o trabalho dos senadores agora é o de desvendar o recebimento de propinas durante as negociações de renovação.

Depoimentos adiados

A assessoria da CPI dos Bingos informou na tarde de ontem que os depoimentos marcados para hoje foram adiados para a quinta-feira da próxima semana. O motivo é que Emílio Carazzai, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, está no exterior e não pode voltar a tempo para depor.

Além de Carazzai, a oitiva no

dia 27 será de Sérgio Cutolo e Danilo de Castro, também ex-dirigentes da Caixa, e Jorge Mattoso, atual presidente da estatal. Na opinião do senador Garibaldi, será mais eficaz se os quatro depoimentos forem tomados no mesmo dia.

Os depoimentos marcados para amanhã e quinta-feira estão mantidos. Amanhã, o empresário Nagib Fayad deporá sobre sua suposta ligação com apostas clandestinas em jogos de futebol na Internet. Há denúncias da vinculação de Fayad com a chamada Máfia do Apito, esquema de manipulação de resultados de jogos do Campeonato Brasileiro de Futebol. Nesta quinta, a comissão de inquérito ouvirá o depoimento do ex-secretário nacional do PT Sílvio Pereira, um dos supostos cabeças do esquema de caixa dois no partido.

Ao comentar votação do próximo domingo, senador gaúcho destaca que é a favor da pacificação, mas critica a iniciativa de “desarmar para depois ver como é que fica”

Simon diz que população não está pronta para votar no referendo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou confusa a campanha do referendo sobre a proibição ou não do comércio de armas de fogo e munição, e afirmou que a população não está preparada para saber sobre o que estará votando no próximo domingo. Dando a entender que votará “não” no referendo, Simon disse temer que a vitória do “sim” possa promover o surgimento de empresas de “seguro-segurança” nos moldes das atuais empresas de seguro de vida.

– Votando contra, não estou encerrando essa questão. Quero que volte o debate e que o Estado apresente plano objetivo e concreto de desarmamento, mostrando o que irá fazer. Sou a favor de tudo que signifique pacificação, sou a favor do plano de desarmamento, mas o que estou vendo é que está começando do lado avesso; não sou a favor de



Simon teme surgimento de empresas para vender “seguro-segurança”, caso o “sim” vença referendo

desarmar para ver como é que fica – assinalou Simon.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) também lamentou a maneira pela qual a campanha foi conduzida de ambos os lados, criticando a falta de esclarecimento acerca do tema.

– É um debate que está sendo conduzido de forma muito esquisita, desrespeitosa, desqualificada, em que não se diz o que está acontecendo. O porte de arma já é proibido. Perdemos a oportunidade de fazer um debate sobre segurança pública – destacou a senadora.

Leonel Pavan (PSDB-SC) ressaltou que nem “sim” nem “não” liberam o uso de arma. Ele explicou que o Estatuto do Desarmamento, já aprovado, é bastante rigoroso nesse sentido, mas observou que, se o “sim” ganhar, “os bandidos vão ter mais direitos que as pessoas civilizadas”.

Por sua vez, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) lembrou que um projeto dessa natureza só obteria sucesso caso fosse um objetivo internacional, “ou pelo menos sul-americano”.

Desmatamento não provoca seca na Amazônia, garante Mestrinho

Em discurso, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) advertiu que as notícias de estiagem na Amazônia estão provocando o surgimento dos “aproveitadores de sempre”, que atribuem a seca ao desmatamento e, por conta disso, propõem que seja proibida até mesmo a retirada de madeira da região.



Mestrinho cita duas grandes secas anteriores para reforçar sua posição

– Em 1963, a Amazônia teve uma estiagem muito mais forte que agora e, na época, a floresta estava intacta. Tivemos outras grandes estiagens no início do século passado e isso nunca foi notícia, pois a população de lá era pequena e isolada. Essas estiagens passadas desautorizam qualquer tentativa de se ligar a seca ao desmatamento. A verdade é que ninguém pode dizer com segurança qual a causa da seca – afirmou.

O senador taxou de incoerentes as pessoas que atribuem ao efeito estufa a seca na Amazônia, lembrando que, se isso fosse verdade, “teríamos grandes enchentes” na região, pois boa parte dos rios da Amazônia se forma com o degelo das neves da cordilheira dos Andes. Quanto mais elevada a temperatura terrestre, por causa do efeito estufa, maior seria o degelo e maior a quantidade de água nos rios, observou.

Gilberto Mestrinho afirmou ainda que, à exceção da ministra do Meio Ambiente e do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambien-

te e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), “ninguém do governo conhece a Amazônia e, por isso, só fazem mal à região”.

Para o parlamentar, o Estado brasileiro sempre foi incompetente ao tratar a Amazônia. Primeiro, no final do anos 60 e nos anos 70, com apoio de europeus, decidiu-se instalar no sul do Pará as maiores fazendas de gado do planeta, porque “havia temor da falta de carne na Europa”. Depois, o governo resolveu criar o estado de Rondônia e ocupá-lo com colonizadores do Sul do país para produção de café e cacau. No lugar dessas culturas, hoje há pastagens.

Também houve grande erro do Estado, continuou o senador, ao incentivar o Banco do Brasil a conceder financiamentos subsidiados a quem quisesse modernizar seringais velhos. Com isso, empresas de outras regiões compravam a preços baixíssimos os seringais, conseguiam “financiamentos fabulosos” no Banco do Brasil e tudo acabava em criação de gado.

Heráclito teme que investigação do TCU sobre fundos de pensão fique prejudicada

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que o fato de os dirigentes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) serem pessoas próximas ao chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Luiz Gushiken, pode comprometer a eficácia das investigações que o Tribunal de Contas da União (TCU) irá fazer nessas instituições. O parlamentar citou reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* de ontem, informando que o TCU averiguará essas instituições pela suspeita, do

Ministério Público Federal, de que “grandes fundos de pensão patrocinados por estatais fecharam operações lesivas às suas patrocinadoras entre 1997 e 2004”.

– Os números apresentados pelo governo não batem com as contas manipuladas pelo “valerioduto”. Há quantos meses a gente vem falando, sistematicamente, que o grande veio dos golpes está nos fundos de pensão? – comentou Heráclito, lembrando já ter abordado o tema anteriormente em vários discursos.

O senador disse que o governo não tem disposição para combater



Heráclito lembra relações de Gushiken com entidades fiscalizadoras dos fundos

a corrupção e previu que, daqui a seis meses, “ou menos”, quando estourar o escândalo envolvendo os fundos de pensão, as autoridades governamentais vão alegar que não sabiam de nada.



TV SENADO

Criada em fevereiro de 1996, a TV Senado nasceu com a tarefa de ser uma televisão plural e de mostrar na íntegra e sem censura os trabalhos legislativos

Garibaldi sugere que Ciro defenda em Plenário obra no São Francisco

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apresentou ontem requerimento convidando o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para discutir, no Plenário do Senado, o projeto de transposição do rio São Francisco. O senador lembrou que a obra vem sendo motivo de debates acalorados, e por isso espera que o ministro



Garibaldi propõe esforço conjunto dos estados nordestinos para devolver "pujança" ao São Francisco

esclareça detalhes do projeto e, com isso, permita a concordância em torno das obras.

Garibaldi Alves também defendeu um esforço conjunto dos estados nordestinos para realizar uma "política consistente e duradoura" que devolva ao São Francisco "sua antiga pujança". O senador citou o governador do Ceará, Lúcio Alcântara, que em debate na TV Cultura teria afirmado ser a transposição uma questão não apenas técnica, mas de engenharia política e que caberia aos políticos ter a sere-

nidade necessária para chegar a um consenso.

Garibaldi sugeriu ainda que os parlamentares se mobilizem para aprovar a proposta de emenda à Constituição, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que cria um fundo constitucional para a revitalização do rio São Francisco. São previstos R\$ 300 milhões por ano para o fundo, a serem investidos em 20 anos.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou a posição do colega potiguar.

César Borges acredita que governo tem objetivos eleitorais com transposição

Para o senador César Borges (PFL-BA), o principal objetivo do governo federal com as obras de transposição de águas do São Francisco é arrecadar recursos para usar em sua campanha política de 2006.

– O governo está querendo fazer caixa dois às custas da transposição. O que está visando, no curtíssimo prazo, é ter discurso para as próximas eleições, dizendo que vai atender o Nordeste e matar a sede de 12 milhões de habitantes nordestinos. Essa é a maior mentira que se ouviu pregar neste país nos últimos tempos – assinalou o senador baiano.

César Borges afirmou ainda não acreditar que a obra vá beneficiar tantas pessoas, como previsto no projeto original apresentado pelo governo. Segundo disse, os benefícios não alcançariam 10% desse total. O senador criticou o governo por não cumprir compromissos importantes com a região, como a criação



Borges duvida que a obra no São Francisco vá beneficiar 12 milhões de pessoas. "No máximo 10%", assegurou

da nova Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a duplicação da BR-101 e a construção do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene).

Em aparte, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu a transposição, ressaltando que a obra vai permitir que muitas pessoas tenham acesso a água potável. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Heloísa Helena (PSOL-AL) manifestaram seu apoio ao discurso do senador César Borges. Heloísa Helena sugeriu a realização de um plebiscito antes que as obras de transposição sejam iniciadas.

Renan Calheiros inaugura hoje oficialmente a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que foi aberta ontem com a participação de quase mil crianças de escolas públicas

Senado valoriza arte feita por pessoas com deficiência

A Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência foi aberta ontem no Salão Negro do Congresso Nacional com a participação de cerca de 950 crianças de escolas públicas especiais e inclusivas. A abertura oficial do evento, no entanto, será feita hoje, às 11h, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e contará com a presença dos atores Marcos Frota e Bruna Marque-

zine, e do artista plástico goiano Siron Franco. Estão expostos artesanato e obras em pintura e escultura elaborados por pessoas com deficiência. Todas as obras têm descrição em braile.

Com a finalidade de fazer com que pessoas com visão compreendam como as que não enxergam percebem o mundo, foi montado um túnel escuro com objetos para estimular o

visitante a utilizar outros sentidos.

Participam da semana 24 associações e entidades ligadas às pessoas com deficiência. O evento vai até o próximo domingo, das 9h às 18h, e está aberto ao público. A programação da semana e outras informações podem ser acessadas no endereço www.senado.gov.br/sf/Senado/Programas/svpdl/.



No Salão Negro do Congresso, alunos de escolas públicas especiais e inclusivas visitam a exposição; as obras têm descrição em braile

Renan abre amanhã videoconferência sobre o tema

A realidade e as perspectivas das pessoas com deficiência no mundo do trabalho vão ser enfocadas na videoconferência "Acessibilidade: Passaporte para a Cidadania", a se realizar amanhã, no auditório do Interlegis. Integrado ao programa da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, o evento será aberto às 9h30 pelo presidente da Casa, Renan Calheiros. Participam da

cerimônia ministros de Estado, entre os quais os titulares das pastas da Saúde, Saraiva Felipe, e do Esporte, Agnelo Queiroz.

A videoconferência é uma realização da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (Casdef), vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Entre os palestrantes, dirigentes de entidades de defesa dos direi-

tos das pessoas com deficiência e de organizações oficiais e não-governamentais vinculadas à causa. O presidente da Subcomissão da CAS, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), reconhece que o Brasil está entre os países que mais avançaram em conquistas a favor dessa parcela da população – estimada em 25 milhões de pessoas no Brasil –, mas ressalva que ainda há muito a ser feito.

Artista encanta o mercado das letras e da pintura

Quem comparecer ao Salão Negro do Congresso Nacional poderá contemplar obras de artistas com algum tipo de deficiência. A Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência possibilita acompanhar o trabalho de pessoas como o da artista plástica Eva Leite, que ficou tetraplégica após um acidente de automóvel, em 1987.

Após o acidente, a artista se casou, teve uma filha e desde julho do ano passado escreve livros e pinta quadros com a boca. Ela explica que, durante o tratamento, aprendeu a datilografar com a boca e começou a escrever o livro *Minha Vida tem Rodas, Meus Sonhos têm Asas*, lançado



Eva Leite já expôs seus trabalhos na Feira do Livro

em 2004. Pouco mais de um ano após começar a pintar, Eva frequenta o ateliê Lourenço de Bem, no Lago Norte, e já expôs na Feira do Livro, este ano.

Suassuna critica vinculação de verbas de prefeituras; Papaléo sustenta que governo federal arrecada muito e gasta mal; Ideli relata atuação dos dois anos do programa Bolsa-Família

Papaléo culpa sistema tributário por estagnação econômica do país

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou ontem, em Plenário, que o sistema tributário do Brasil é “cruel, ineficiente e responsável pela estagnação econômica que o país enfrenta”. Ele lembrou que, ao assumir a Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva prometeu uma grande reforma tributária. No entanto, disse, somente algumas pequenas mudanças foram feitas nos quase três anos do governo petista. O parlamentar reclamou também da queda, “ano após ano”, dos índices de investimentos federais.

– Em suma, a sociedade é sangrada, mas não obtém serviços e obras públicas em contrapartida. O governo federal arrecada muito e gasta mal – sustentou.

De acordo com Papaléo, a União, estados e municípios arrecadaram juntos, em 2004,



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Papaléo aponta queda dos índices de investimentos federais a cada ano

recursos em torno de R\$ 650 bilhões. A previsão para este ano, observou, é de que a receita com tributos chegue a R\$ 740 bilhões. Apesar desses números, o governo federal repassa poucos recursos para estados e municípios, ressaltou ele.

Papaléo citou os governos de

Aécio Neves (MG) e Geraldo Alckmin (SP) como exemplos a serem seguidos pelos governantes brasileiros. Na avaliação do parlamentar, esses governadores tucanos conseguiram resultados positivos na arrecadação de impostos e na gestão do dinheiro público e aumentaram a taxa de investimentos de Minas Gerais e São Paulo. O senador acredita que Aécio e Alckmin têm promovido “uma autêntica revolução silenciosa nas práticas administrativas brasileiras”.

– Sem alarde, sem falsas promessas, o PSDB tem agido no sentido de tornar o Estado mais ágil e mais eficiente, cobrando menos tributos e gerindo melhor o que arrecada – concluiu. Em aparte, o pronunciamento foi apoiado pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC).

Vinculação de verbas dificulta obras dos municípios, alega Suassuna

O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), criticou ontem o que chamou de “engessamento do orçamento das prefeituras brasileiras”. O senador observou que os municípios contam com poucos recursos, o que dificulta a execução de obras. Ele apontou resolução do Conselho Nacional de Saúde que proíbe a contabilização da coleta de lixo entre as despesas de saúde como um dos problemas enfrentados pelos municípios.

– Uma cidade suja é mais propensa a ter doenças, pois tem mais

ratos e baratas.

Para Suassuna, as prefeituras poderiam realizar mais obras se houvesse menor vinculação de suas receitas. Ele argumentou ainda que, se os valores do Fundo de Participação dos Municípios fossem maiores, seria possível fazer mais exigências aos prefeitos.

– Os estados e municípios administram, quando muito, as suas folhas de pagamento.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) previu que o “engessamento” dos



Ney Suassuna defende aumento de recursos do Fundo de Participação

estados, sem contrapartida do governo federal, vai tornar inviável a administração pública. E a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que o Senado deveria rediscutir o modelo de federalismo para resolver os conflitos entre a União, os estados e os municípios.

Ideli destaca o desempenho do Bolsa-Família

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lembrou ontem os dois anos do programa Bolsa-Família, ressaltando que até agora 8 milhões de famílias foram beneficiadas, número que deverá chegar a 8,7 milhões até dezembro e a 11,2 milhões em 2006. Com isso, frisou a parlamentar, 40 milhões a 50 milhões de brasileiros serão alcançados pelo programa, que tem implementado a maior transferência de renda da história do Brasil, conforme afirmou.

Ideli destacou que o Bolsa-Família, criado no dia 20 de outubro de 2003, nasceu da necessidade



Segundo Ideli Salvatti, 8 milhões de lares já foram beneficiados pelo programa

de enfrentar o combate à fome e à miséria, “um dos maiores desafios da sociedade brasileira”, e de promover a emancipação das

STF julga liminar sobre mandato de Capiberibe

João Capiberibe (PSB-AP) anunciou o julgamento amanhã, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de liminar que garante sua permanência no Senado e a de sua mulher, deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), na Câmara, até decisão final da Justiça sobre a cassação do mandato dos dois pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele disse que, em vez de atingi-los pessoalmente, a determinação do TSE afronta os eleitores que lhes delegaram os mandatos no último pleito.

– Eu continuo no Senado, e Janete na Câmara, até o dia em que as duas Casas declararem nossos cargos vagos e empossarem os



Capiberibe destaca ato de solidariedade a ele e sua mulher, realizado em Macapá

candidatos derrotados em 2002.

Capiberibe comentou ato em solidariedade a ele e sua mulher, no último dia 13, em Macapá, que reuniu entre 12 mil a 15 mil pessoas, além dos governadores do Acre, Jorge Viana (PT), e do Maranhão, José Reinaldo Tavares (PSB), e dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Anteprojeto de reforma universitária tem normas contraditórias, diz Pavan

O anteprojeto do Ministério da Educação (MEC) que altera a legislação relativa ao ensino superior foi criticado ontem pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC), para quem a proposta “reúne um emaranhado de diretrizes e princípios desconexos, muitas vezes contraditórios”.

Ele afirmou que a criação de universidades no interior do país deveria ser prioridade na reforma universitária, mas ressaltou que “isso não parece ser importante no projeto do governo Lula”.

– Em vez disso, o governo prefere se concentrar em restringir os investimentos estrangeiros na área educacional – sustentou.

O senador também afirmou que outra “aposta malsucedida” é a forma de operacionalizar a



Leonel Pavan sustenta que política de cotas deve ser de curto prazo

política de cotas.

– Deve haver clara consciência de que ações como essa têm caráter emergencial e devem ser políticas de curto prazo, que não podem se perpetuar indefinidamente, sob pena de perderem os efeitos almeçados – destacou.

Lúcia Vânia quer mais combate ao trabalho infantil

Empresas que utilizarem mão-de-obra de menores de 16 anos – exceto os maiores de 14 anos admitidos como aprendiz – poderão ser multadas em R\$ 3 mil a cada menor contratado, de acordo com projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que se encontra na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa. A proposta atualiza o valor já previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e define nova cobrança, de R\$ 300, que deverá ser aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a legislação trabalhista. Em caso de reincidência, esse valor poderá



Lúcia Vânia propõe ampliação de multa para coibir contratação de menores

ser dobrado.

A proposição (PLS 343/05) prevê, para os casos de infração das normas trabalhistas em relação a menores, que o valor vigente é de um salário mínimo, e a soma das autuações não pode exceder a cinco salários mínimos. Pela proposta, os valores arrecadados com as multas serão destinados ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.